ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

ATA Nº 081 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária

Solicito aos Srs. Deputados Pedro Satélite e Eliene que assumam, respectivamente, a 1ª e 2ª Secretarias.

(O SRS. DEPUTADOS PEDRO SATÉLITE E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Não há Ata a ser lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - “Ofício nº 25/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do Ofício enviado ao Governador do Estado, solicitando medidas com relação à construção de cadeias públicas no Estado; e Ofícios nº 1780/99, do Presidente do DVOP, Ofício nº 622/99, do Presidente do INDEA, Ofício nº 1739, do Presidente da COHAB, e Ofício do Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da urgente recuperação da MT-265, no trecho compreendido entre a BR-174 e o Destacamento Fortuna, no Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

necessidade da urgente recuperação da MT-265, no trecho compreendido entre a BR-174 e o Destacamento Fortuna, no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

A MT-265, que liga o Brasil à vizinha Bolívia, é uma das rodovias mais utilizadas no comércio entre os dois países, principalmente no transporte de grãos, cargas vivas e maquinários agrícolas.

Embora tenha importância estratégica vital para uma grande região, notadamente os municípios denominados do 'Vale do Jauru', a MT-265 há muito não recebe qualquer serviço de conservação.

Essa situação que estagna a economia regional vem sendo reiteradamente questionada pelas lideranças locais e mais recentemente pelo Vereador Luiz Antônio Gomes, da Câmara Municipal de Araputanga.

Assim sendo, solicito a aprovação da presente matéria pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Superintendente Regional do DNER a necessidade da construção de um trevo de acesso à Vila Cardoso, na BR-364, Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Superintendente Regional do DNER, mostrando a necessidade da construção de um trevo de acesso à Vila Cardoso, na BR-364, Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

O acesso à Vila Cardoso, na BR-364, Município de Porto Esperidião, vem se tornando a cada dia um ponto cada vez mais crítico, sujeito a acidentes de toda monta.

O acentuado número de veículos obrigados a manobrar perigosamente em meio ao tráfego pesado da BR-364, para ter acesso à Vila Cardoso, preocupa profundamente as autoridades municipais que vêm buscando, junto às autoridades competentes e aos representantes políticos da região, uma urgente solução para o caso, qual seja a construção de uma rotatória no local.

Assim sendo, solicito a aprovação da presente matéria pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL”

Para apresentar, ainda, Projeto de Lei de autoria das Lideranças Partidárias:
**Autoriza a Secretaria de Segurança
Pública do Estado de Mato Grosso a
conceder porte de armas aos membros**

**dos Poderes Legislativo, Executivo e
Judiciário, e dá outras providências.**

Art. 1º Fica autorizada a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso a conceder porte de armas aos membros dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, mediante solicitação de seus titulares, destinadas ao uso dos servidores públicos e agentes políticos estaduais em serviço ou cuja atividade as exija.

Art. 2º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O motivo pelo qual as Lideranças Partidárias apresentam o presente projeto de lei, que autoriza a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso a conceder aos membros dos Poderes constituídos do Estado de Mato Grosso o porte de armas, é que vivemos num momento em que toda a sociedade se vê à mercê e ameaçada a todos os instantes, em qualquer lugar que se encontre.

Por esses motivos, e desejando proteger a si e a seus familiares, é que apresentamos o referido projeto de lei e contamos com o apoio de nossos nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS”

Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu quero aqui, em primeiro lugar, agradecer a todos os membros da Comissão de Terra e Meio Ambiente - o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, o Deputado Jair Mariano, o Deputado Pedro Satélite e o Deputado José Carlos Freitas.

Nós estamos entregando aqui, Sr. Presidente, para a Mesa o resultado de um trabalho desses primeiros quatro meses, para fins de titulação do INTERMAT, os processos que estavam tramitando na nossa Comissão, referentes a aproximadamente dez mil hectares, Sr. Presidente.

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ENTREGA À MESA OS PROCESSOS CITADOS.)

O SR. SILVAL BARBOSA - Para apresentar, também, Sr. Presidente, alguns Votos de Congratulação:

1^a) Nos termos do Artigo 272, alínea “i”, da Consolidação do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja registrada nos Anais e encaminhada às autoridades constituídas e à população do Município de Cláudia Voto de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO manifesta seus efusivos Votos de Congratulações pela passagem dos onze anos de emancipação política do Município de Cláudia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Município localizado no Norte mato-grossense, teve seu início com a colonização iniciada em meados de 1978, recebendo a migração de várias famílias oriundas de diversos Estados brasileiros.

Em seu desenvolvimento, Cláudia passou de povoado à sede de Distrito em área territorial pertencente ao Município de Sinop. A Lei Estadual nº 5.319, de 04 de julho de 1988, criou o Município de Cláudia.

Da lavoura dos pioneiros e da continuidade desbravadora de seu povo ordeiro e trabalhador, Cláudia ocupa em nosso Estado lugar de destaque, com sua economia pautada na extração vegetal, produção de grãos e pecuária.

Cabe-nos congratular as autoridades constituídas do município e, em especial, sua população, que é o sustentáculo desse progressista município.

Aos administradores, aos Legisladores e ao valoroso povo de Cláudia, externamos nosso Votos de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.

Deputado SILVAL BARBOSA - PTB

2ª) Nos termos do Artigo 272, alínea “i”, da Consolidação do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja registrada nos Anais e encaminhada às autoridades constituídas e à população do Município de Matupá Voto de Congratulações, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO manifesta seus efusivos Votos de Congratulações pela passagem dos onze anos de emancipação política do Município de Matupá.

Município localizado no entroncamento rodoviário das Rodovias BR-163 e MT-080, surgiu com o movimento de abertura de estradas desencadeado pelo 9º BEC. Teve sua paisagem regional e sua maciça cobertura vegetal sendo adentrada por colonos com interesses voltados à agricultura e pecuária.

As rodovias tiveram papel importante em sua abertura, fruto de colonização muito especial, implantada a partir da necessidade de criação de um centro regional.

Forte fluxo migratório se notou nos primeiros anos, alguns acomodando-se em lotes rurais e outros abrindo comércio no núcleo urbano.

Matupá foi criada para atender a necessidade de apoio a uma grande região em rápido processo de desenvolvimento e foi planejada para permitir a industrialização de produtos da própria região.

Em seu desenvolvimento, Matupá passou de povoado a sede de Distrito em área territorial pertencente ao Município de Guarantã do Norte, e a Lei Estadual nº 5.317, de 04 de julho de 1988, criou o Município de Matupá.

Da lavoura dos pioneiros e da continuidade desbravadora de seu povo ordeiro e trabalhador, Matupá ocupa em nosso Estado lugar de destaque, com sua economia pautada na extração vegetal, produção de grãos e pecuária.

Cabe a nós congratular as autoridades constituídas do município e, em especial, sua produção, que é o sustentáculo desse progressista município.

Aos administradores, aos Legisladores e ao valoroso povo de Matupá, externamos nossos Votos de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Deputado SILVAL BARBOSA - PTB

Era o que tínhamos no momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, eu assumo a tribuna para registrar a presença, nas galerias da Assembléia Legislativa, dos vereadores Geraldo Vítor de Freitas, Deuseano Ferreira dos Santos e Wilson Pereira Lima, este do Partido dos Trabalhadores, todos eles do Município de Ribeirão Cascalheira.

Estão aqui os Vereadores, representando a Câmara Municipal, encaminhando uma demanda da comunidade, uma demanda que é assumida também pelo Prefeito Municipal, para que a Assembléia Legislativa examine com o maior carinho a propositura de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria o Município de Bom Jesus do Araguaia, abarcando uma parte do território do Município de Ribeirão Cascalheira.

Eu gostaria de registrar a palavra dos Srs. Vereadores de Ribeirão Cascalheira, porque eles não se opõem à criação do novo município, mas argumentam - e eu acredito que com muita propriedade - que a linha divisória proposta no Projeto de Lei sacrifica o Município de Ribeirão Cascalheira, inclusive o distrito de Novo Paraíso, que é radicalmente contrário a essa divisória estabelecida no Projeto do Deputado Humberto Bosaipo.

Acredito que a Assembléia Legislativa deveria ouvi-los, deveria estabelecer uma audiência pública e ouvir o prefeito, a comunidade, além de que - como diz o Deputado Riva, Presidente desta Casa -, constitucionalmente, hoje, toda a comunidade do Município de Ribeirão Cascalheira, obrigatoriamente, deveria ser objeto de uma consulta plebiscitária, para ver se cede território para a constituição do novo Município.

Mas o que reclamam os Vereadores de Ribeirão Cascalheira? Principalmente que a proposta dos novos limites tenha sido um tanto arbitrária, não foi consultada a comunidade de Novo Paraíso e nem a coletividade do Município de Ribeirão Cascalheira. Acredito que o pleito é justo, independente da posição de mérito. Por isso, nós registramos com satisfação a presença deles aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu complemento as palavras do Deputado Gilney Viana, cumprimentando os Vereadores do Município de Ribeirão Cascalheira presentes, e quero dizer que fiquem tranqüilos, até porque a Assembléia Legislativa não poderá criar um município, desmembrar um município de uma área, incluindo área de outro município, sem consultar o município.

E a Comissão de Revisão Territorial, na pessoa do Deputado Pedro Satélite, já vai tomar as providências para revisar o processo, discutir com os Deputados autores e, se possível, com a comunidade interessada.

Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, nós vamos ler o Ofício que nos foi encaminhado, em seguida, ele será passado à Comissão que cuida deste projeto de lei.

“Ribeirão Cascalheira, 17 de junho de 1999.

Ofício n° 075/99

Tendo chegado ao nosso conhecimento que se encontra em tramitação nesta Casa de Leis o Projeto de Lei de emancipação político-administrativa do Distrito de Bom Jesus

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

do Araguaia - MT, no qual está abrangida grande parte da área territorial do nosso Município, vimos perante V. Ex^a apresentar protesto formal pelo cancelamento, em defesa do Município de Ribeirão Cascalheira.

Outrossim, informamos que não somos contra a emancipação, desde que não afete o desenvolvimento sócio-econômico do Município de Ribeirão Cascalheira, e que esteja em consonância com o disposto no § 4º do Artigo 18 da Constituição Federal, que reza: 'A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de município, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei'.

Cumpre-nos ressaltar que há várias irregularidades no referido processo, inclusive informações, como a relação de empresas para comprovação de viabilidade econômica, uma vez que cinqüenta por cento das referidas empresas não se localizam dentro da área solicitada.

O referido Distrito já pertenceu ao Município de Ribeirão Cascalheira, ao qual foi incorporado o Município de Boa Vista, quando ocorreu a emancipação político-administrativa, além de grande parte do nosso território.

Salientamos que Estudo de Viabilidade Municipal deve levar em consideração não só a viabilidade do Município a ser criado, como também que os municípios vizinhos envolvidos ficarão inviabilizados administrativamente.

O Município de Ribeirão Cascalheira encontra-se atualmente em pleno desenvolvimento sócio-econômico, chegando ao ponto de ser considerado o município que mais está em desenvolvimento no Baixo Araguaia.

Diante do exposto, requeremos que V. Ex^a digne-se determinar a revisão territorial da área requerida, em ofício, no processo, a fim de verificar a veracidade das informações apresentadas, objetivando preservar os direitos do Município de Ribeirão Cascalheira.”

Sr. Presidente, apenas para informar que nós passaremos este Ofício à Comissão de Revisão Territorial e que, com certeza, o que estiver escrito aqui, nós vamos solicitar que a Comissão vá até o município, vamos pedir que se faça uma vistoria. Se for verídico o que eles estão colocando aqui, sem sombra de dúvida eles têm toda razão, até porque, pela nova Lei Federal, deverá passar pelo plebiscito.

Então, nós vamos repassar isso aqui à atual Comissão de Revisão Territorial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex^a as respostas aos Requerimentos enviados pelos Srs. Deputados - um Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, com uma resposta sucinta do Sr. Governador do Estado, e diversas outras respostas a Requerimentos, que passo às mãos de V. Ex^a também.

E, ainda, para apresentar uma Moção e uma Indicação:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Poder Executivo a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a realização dos serviços de recuperação total da Rodovia Estadual MT-010, com o patrolamento e encascalhamento no Município de São José do Rio Claro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com os serviços de recuperação total da Rodovia Estadual MT-010, com o patrolamento e encascalhamento, no Município de São José do Rio Claro.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, o grande problema na Rodovia Domingos Briante, a MT-010, tem sido a erosão, pois danifica a pista, prejudicando o tráfego dos veículos que dela dependem diariamente.

Portanto, há uma necessidade urgente de que sejam tomadas medidas apropriadas para conter as erosões ali existentes, tais como: curvas de nível, encascalhamento e patrolamento, para que o problema seja contido e solucionado, beneficiando, assim, toda a população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.
Deputado RENE BARBOUR - PSDB

2ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no Artigo 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada ao Prefeito Municipal, com cópia ao Presidente da Câmara Municipal, Moção de Congratulações pelo aniversário de emancipação política do Município de Castanheira, nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, congratula o Município de Castanheira pelos onze anos de merecida emancipação política. Sempre acompanhamos de perto a evolução deste município, dotado de gente ordeira e trabalhadora, que merece todo o nosso respeito. Felicidades e progresso! Parabéns, Castanheira!

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 30 de junho de 1999.
Deputado RENE BARBOUR - PSDB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Rene Barbour, encaminhada ao Prefeito Municipal de Castanheira, com cópia ao Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, pelo aniversário de emancipação política daquele município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em Redação Final, Projeto de Lei n^o 69/99, Mensagem n^o 09/99, de autoria do Poder Executivo:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Cria o Fundo Penitenciário e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Penitenciário, destinado a prover recursos ao Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado-DEPE para melhoria das condições de vida carcerária nos respectivos estabelecimentos especializados estaduais.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será administrado por um Conselho Diretor, presidido pelo Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania e integrado pelo Coordenador do Sistema Penitenciário, Diretores dos Estabelecimentos Penais do Estado, um representante do Ministério Público indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e outros 05 (cinco) membros indicados, respectivamente, pelo Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Delegados de Polícia Judiciária Civil e Sindicato dos Agentes Policiais e Agentes Carcerários da Polícia Judiciária Civil.

§ 2º Os membros do mencionado Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, para períodos de 02 (dois) anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante serviço público.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo Penitenciário:

I - parcelas de dotações orçamentárias atribuídas às unidades penais e à Coordenação do Sistema Penitenciário;

II - produto dos juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação dos recursos do próprio Fundo;

III - o resultado da venda da produção industrial, extrativa e agropecuária das unidades penais do Estado;

IV - doações, contribuições e legados;

V - o produto decorrente da alienação de bens inservíveis, de propriedade da Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania;

VI - quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados no Banco do Brasil S.A, em conta especial, sob a denominação de Fundo Penitenciário, movimentada pelo Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, ou, por delegação deste, pelo Coordenador do Sistema Penitenciário.

Art. 4º O Conselho Diretor do Fundo Penitenciário prestará, anualmente, contas da sua aplicação ao Governador e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º O Poder Executivo disporá sobre a regulamentação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 02/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Paulo Sérgio Costa Moura. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Por ter sido um grande Deputado e companheiro, advogamos a aprovação do citado Projeto de Resolução.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 64/99, de autoria do Deputado Riva, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 29/99, de autoria do Deputado Gilney Viana, que veda o cultivo comercial de Organismos Geneticamente Modificados-OGMs no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Este Projeto foi amplamente debatido e discutido pelos Deputados Gilney Viana e Humberto Bosaipo.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 155/99, Mensagem nº 24/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos comissionados, altera nomenclatura, institui subsídios e dá outras providências. Com Parecer...

Eu informo que este Projeto foi entregue, em mãos, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, como membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para emitir o seu voto.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 68/99, Mensagem nº 08/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, rejeitando as Emendas nºs 01, 02 e 03, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio..

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu informo apenas, Sr. Deputado, que a discussão é quanto à constitucionalidade e ao mérito, já que a apresentação de emenda em 2ª discussão é conjunta.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós apresentamos três emendas a esse projeto de lei. Nós alteramos o Art. 6º, através de uma emenda modificativa, e colocamos que o Conselho Gestor será presidido pelo Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania ou por membro do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, conforme escolha da maioria dos seus membros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Veja bem, Sr. Presidente, eu quero que os colegas Deputados entendam as nossas emendas. No mérito ela é correta...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço aos Srs. Deputados atenção, já que nós estamos discutindo matéria.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Veja bem, por quê? Porque o próprio Governador está propondo que o Conselho Gestor seja presidido pelo Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania ou por qualquer membro do Conselho - o próprio Governador coloca isso -, a única coisa que eu acrescentei, é que seja escolhido democraticamente, só isso.

Não tem nada diferente do que o Governador falou, eu só enriqueci o artigo do projeto de lei, coloquei uma pitada de democracia no artigo do projeto de lei. Quer dizer, o Governador concorda que ele seja presidido pelo Secretário ou por qualquer membro, e eu só acrescentei “conforme escolha da maioria dos seus membros”. Então, eu acho que não tem o que questionar, quanto ao mérito ou quanto à constitucionalidade.

O mérito é que nós estamos defendendo a democracia, nós estamos defendendo o poder de descentralização das decisões desse Conselho. E, constitucionalmente, dá esse parâmetro para que a escolha seja assim, não vejo nenhum problema.

O Artigo 6º propõe... Aí eu coloquei a justificativa...

Sr. Presidente, a outra emenda modificativa é ao Artigo 3º: “Constituem receitas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor...”

Vejam bem, o Governo colocou 20% das receitas auferidas de multas depositadas nos Fundos Municipais de Defesa do Consumidor... Não, o Governador colocou 5%, e eu coloquei 10%. Quer dizer, esse Fundo, ao invés de destinar só 5% para os municípios, eu estou pedindo que destine 10% para os municípios. Quer dizer, que aumente um pouco mais esse recurso. Ora, vai tirar dos próprios municípios! E eu acho justo que os municípios participem mais.

Retifico, no Artigo 3º: “Constituem receita do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor: (...) IX - 20% (vinte por cento) das receitas auferidas de multas depositadas nos Fundos Municipais de Defesa do Consumidor”. Estão tirando 20% do município para passar para o Estado. Eu estou propondo que se tire apenas 10%. Eu acho que é justo tirar menos recursos.

Veja bem, na emenda modificativa ao Artigo 7º: “O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor reunir-se-á: I - em sessão ordinária, uma vez por mês...” O Governo colocou uma vez a cada dois meses.

Não há nada, companheiros, que fira, muito pelo contrário. As três emendas de minha autoria colocam... A primeira emenda pede que a eleição, conforme o Artigo 6º, seja de forma direta, mas concorda com o Governador que seja presidida ou pelo Secretário de Justiça ou por um membro do Conselho Gestor - é a primeira emenda nossa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou pedir vista, então, porque ou os Deputados ouvem a nossa discussão... Porque eu acho que não tem nada... Eu quero que a Comissão de Constituição e Justiça justifique por que deu parecer contrário a essas emendas.

Eu quero explicar, aqui, muito bem. A primeira...

(O SR. DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Eu até lamento, porque eu acho que é muito melhor, Deputado Carlão Nascimento, conversar com V. Ex^a do que conversar com seu Assessor Jurídico. Eu acho que é legal o parecer. Por exemplo, estão querendo tirar dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Conselhos Municipais 20% para o Estado. Eu estou querendo tirar só 10%. Quem é municipalista defende esta proposta.

Quanto ao Conselho Gestor, o Governador concorda que o Presidente seja o Secretário de Justiça ou um membro do Conselho. A única coisa que eu coloquei é que seja eleito de forma direta.

E a minha última emenda propõe uma reunião por mês, ao invés de uma a cada dois meses.

Quer dizer, são emendas simples, para democratizar um pouco mais. Não comprometem! Eu acredito que são emendas que não vão dar problema nenhum, muito pelo contrário, nós vamos tirar menos dos municípios para levar para o Estado.

Então, eu quero ver se os companheiros podem dar o seu apoio...

(NESTE MOMENTO, OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REÚNEM-SE EM PLENÁRIO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A Comissão está-se reunindo ali...

Na verdade, constitucionalmente, elas não são ilegais, e regimentalmente também não. Inclusive, no mérito, a discussão delas no mérito é interessante. Ao invés de tirar 20% dos recursos do Fundos Municipais de Defesa do Consumidor, para o Estado, vão ser retirados só 10% - V. Ex^a, que é um Deputado municipalista, Sr. Presidente... Eu acho que todos os Deputados poderiam apoiar nossas emendas. E propomos também que a reunião, ao invés de ser a cada dois meses, seja mensal. E a nossa terceira emenda coloca que seja ou o Secretário de Justiça ou um membro do Conselho Gestor o Presidente, porém, que ele seja eleito.

Então, eu queria, Sr. Presidente, esperar a posição da...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu sugiro ao Deputado Zé Carlos do Pátio que invertamos a apreciação dessa matéria e que V. Ex^a sente-se com o Líder do Governo e com os membros da Comissão de Constituição e Justiça para discuti-la.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - De acordo com o Artigo 315 do nosso Regimento Interno, sendo membro da Comissão de Constituição e Justiça e não tendo ainda emitido o meu voto, gostaria de pedir vista ao processo para que possa emití-lo em separado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei n^o 116/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a proibição de jogos que estimulem ou despertem a violência no território do Estado de Mato Grosso. A Comissão de Constituição e Justiça oferece Parecer favorável, que concluiu pelo seguinte Substitutivo Integral:

Dispõe sobre a proibição de jogos que estimulem e despertem a violência no território do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Art. 1º Fica proibida, no território do Estado de Mato Grosso, a instalação de equipamentos com o uso de jogos que estimulem e despertem a violência.

Art. 2º A proibição de que trata o artigo anterior se aplica às pessoas de todas as idades, a locais públicos, inclusive de acesso restrito, tais como clubes, casas de jogos, bingos, *playcenters* e *playlands*.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 105/99, Mensagem nº 17/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de uso de imóveis de domínio público estadual incidente sobre a faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural.

Solicito ao Deputado Carlão Nascimento que reúna a Comissão de Constituição e Justiça, para emitir parecer às emendas.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Convoco o Deputado Alencar Soares para relatar a presente matéria (PAUSA).

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, como Relator do Projeto de Lei nº 105/99, que encaminha Mensagem nº 17/99, nós estamos dando o nosso voto contrário às Emendas nºs 01, do Deputado Moacir Pires; 02, do Deputado Zé Carlos do Pátio; e 03, do Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Passemos à coleta dos votos dos demais membros da Comissão: Deputado Emanuel Pinheiro (PAUSA)...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sr. Deputado, a Comissão encontra-se reunida, e a palavra, pela Ordem, tem que ser pedida ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu indefiro o seu pedido pela Ordem.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Deputado, eu havia ontem discutido, colocado isso...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Está indeferido o seu pedido.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Ah, indeferido?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Assim que terminarmos a reunião, V. Exª pode falar à vontade (PAUSA)...

O SR. EMANUEL PINHEIRO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, nobres Deputados, é uma pena que, na nossa ótica, a Comissão de Constituição e Justiça perca uma grande oportunidade de poder julgar com sensatez, com responsabilidade jurídica, legal, constitucional uma matéria de tamanha envergadura. Ao se deixar dominar pela paixão Governista, ou pela paixão Oposicionista, fatalmente nós não vamos chegar a lugar nenhum, e tudo - absolutamente tudo que nós formos votar -, vamos votar por interesses que não são da sociedade mato-grossense, mas sim por interesse de grupos que representamos nesta Casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

E digo isso, Sr. Presidente, porque estamos analisando aqui três emendas da maior relevância, da maior responsabilidade e zelo pela coisa pública. Eu fiz, inclusive nem quero discutir, um parecer no meu voto em separado, no qual eu justifico com todo embasamento legal, possível e imaginário, que se aprovarmos, como quer o Governo do Estado, a Mensagem n° 17, com toda certeza estaremos legislando contra o interesse da sociedade mato-grossense.

Buscando, Sr. Presidente, analisar essas emendas, o Deputado Moacir Pires, meu correligionário, meu Colega de Bancada, Vice-Líder do PFL, teve a feliz iniciativa de preservar a prerrogativa inalienável do Poder Legislativo, que é julgar, referendar tudo aquilo que venha a ser de interesse da sociedade mato-grossense.

Ao apresentar a emenda ao Art. 2º: “A concessão de uso será formalizada mediante contrato...”, o Deputado Moacir Pires quer apenas, Sr. Presidente, que esse contrato passe pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, passe pelo crivo dos representantes do povo, para eles dizerem sim ou não a esse contrato que o Palácio Paiaguás possa querer fazer com qualquer empresa que queira explorar o nosso solo, no caso a Gasocidente do Mato Grosso Ltda., empresa da qual nunca ouvi falar, não conheço seus precedentes, seu contrato social - não conheço nada dessa empresa!

Ao invés de darmos um cheque em branco a um homem não confiável, a um Governador não confiável, nós estaríamos, sim, garantindo os mais legítimos interesses do povo mato-grossense, passando por esta Casa para que ela avalize ou não tudo aquilo que for de interesse do nosso povo - e, neste caso, a exploração do nosso solo por tempo indeterminado.

E V. Ex^a, como Presidente desta Casa, tem a obrigação de zelar pelo Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. A emenda de autoria do Deputado Moacir Pires zela pelo Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso.

Então, peço a V. Ex^a que nos ajude a aprovar essa emenda extraordinária do Deputado Moacir Pires em defesa do interesse do Legislativo!

E, para finalizar, tem duas emendas do bravo, dinâmico, vibrante e sentimental Deputado Zé Carlos do Pátio. A que exige a contrapartida de 1% do total de investimento previsto para construção do gasoduto para construção de um fundo sócio-ambiental, a ser aplicado em projetos de mitigação de impacto sócio-ambiental na área de abrangência. O Deputado nada mais quer que garantir o mínimo *minimorum* para ser utilizado na preservação do meio ambiente, porque, fatalmente, até pela profundidade desse gasoduto, o impacto ambiental, sem sombra de dúvidas, ocorrerá.

E a última emenda, Sr. Presidente, do Deputado Zé Carlos do Pátio, também tem o mesmo sentido da emenda do Deputado Moacir Pires: passar por esta Casa, pelo crivo do Poder Legislativo, matérias dessa natureza, que, inclusive, tem respaldo na Constituição Federal, no seu Artigo 327.

Portanto, Sr. Presidente, devido a esse embasamento jurídico, político e social, eu voto contra o Parecer do Relator, Deputado Alencar Soares, e já está anexado voto em separado de nossa autoria.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Convido o Deputado Joaquim Sucena para emitir o seu voto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Emanuel Pinheiro já colocou com muita clareza aquilo que nos leva a declarar o nosso voto.

Eu acredito que, talvez pela própria experiência de alguns anos vividos, aquilo que abunda não prejudica. Se a Constituição já prevê, por que não pode? E que inconstitucionalidade existe em se impedir que a Constituição seja cumprida dentro de um Projeto de Lei da lavra do Poder Executivo?

Da mesma forma, não vejo nenhuma ilegalidade em que isso conste, efetivamente, do corpo da lei - e isso com referência pura e simples à análise das Emendas nº 01, do Deputado Moacir Pires, e da nº 03, do Deputado Zé Carlos do Pátio. As duas pedem exatamente a mesma coisa. Ou seja, a inclusão do aval do Poder Legislativo ao contrato que venha a ser efetuado entre Poder Público Estadual e a Gasocidente de Mato Grosso Ltda.

Da mesma forma, a Emenda de nº 02, que busca criar um fundo para que se possa fazer investimentos, principalmente na área ambiental, também não está eivada de nenhum erro, seja ele constitucional ou legal.

De forma que, para ser bem conciso neste parecer, nós somos favoráveis à aprovação da Emenda nº 01, do Deputado Moacir Pires, e da nº 02, do Deputado Zé Carlos do Pátio, considerando prejudicada a nº 03, uma vez que foi atendida na Emenda nº 01.

De modo, Sr. Presidente, que o nosso voto é contra o Relator e a favor das Emendas nº 01, do Deputado Moacir Pires, e nº 02, do Deputado Zé Carlos do Pátio, considerando prejudicada a Emenda nº 03, do Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Benedito Pinto (COM O RELATOR). Esta Presidência também vota com o Relator.

Portanto, por três a dois, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Solicito ao Sr. Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:48 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convoco o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Eliene, para reunir a referida Comissão em Plenário para emitir Parecer ao referido Projeto de Lei.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, avoco o relato do referido Projeto de Lei, que dispõe sobre a concessão de uso de imóveis de domínio público estadual incidentes sobre a faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural, e dá outras providências.

Faremos a avaliação do mérito. Eu, para justificar o mérito, gostaria de ler a justificativa da Mensagem nº 17/99 e depois emitir o nosso parecer.

“Gasocidente do Mato Grosso Ltda., GASMAT, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia dos Imigrantes, nº 3.370, Novo Distrito Industrial, nesta Capital, como empresa que desenvolve atividade pública controlada pelo Governo Federal, foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Petróleo-ANP, através da Autorização ANP nº 24, de 17 de março de 1999 (DOU 18/03/99), a construir o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural denominado 'Gasoduto Bolívia - Mato Grosso', com início na fronteira Bolívia-Brasil, no Estado de Mato Grosso, até o Município de Cuiabá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Em 08 de abril do corrente ano, o Presidente da República decretou a utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou a instituição de servidão de passagem, em favor da GASMAT, dos imóveis de propriedade particular, localizados neste Estado, no trecho compreendido entre os Municípios de Cáceres e Cuiabá. O referido decreto foi publicado no *Diário Oficial da União* de 09 de abril de 1999, contendo as coordenadas geográficas dos imóveis nos quais o gasoduto será construído.

Não obstante tal Decreto, a GASMAT necessitará utilizar-se de imóveis públicos por onde passará o gasoduto Bolívia-Mato Grosso, compreendendo rios, córregos, estradas e vias de titularidade do Estado de Mato Grosso. Sendo a GASMAT a empresa autorizada pela Agência Nacional do Petróleo-ANP para a construção do gasoduto, torna-se inviável a concorrência pública, portanto, inexigível a realização de licitação para a instituição da concessão de uso de imóveis públicos estaduais, a que se refere o projeto em destaque.

A concessão de uso dos imóveis estaduais deverá ser formalizada mediante contrato a ser celebrado entre o Estado de Mato Grosso e a GASMAT, constando do instrumento a exata especificação dos imóveis e as obrigações das partes.

Tendo em vista que o dia 1º de junho próximo foi definido no cronograma para o início da construção do gasoduto, do trecho compreendido dentro do Estado de Mato Grosso, solicito a V. Ex^{as} que o presente projeto de lei seja apreciado em regime de urgência, conforme autoriza o Artigo 41 da Constituição do Estado.”

Sr. Presidente, conforme exposto na justificativa ora lida, nós também, com relação ao mérito do projeto, somos de Parecer contrário às emendas n^{os} 01, 02 e 03 apresentadas, e somos de Parecer favorável à aprovação do projeto de lei na sua forma original.

Passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Deputado Alencar Soares (COM O RELATOR), Deputado Hemínio J. Barreto (COM O RELATOR), Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu quero declarar meu voto em separado, para dizer que V. Ex^a não argüiu o mérito das emendas, V. Ex^a argüiu o mérito do projeto de lei. Ninguém está sendo contra o projeto. Nós o achamos ótimo, mas, em relação às emendas, V. Ex^a não tem argumentos para discutir o mérito delas. V. Ex^a não conseguiu nos convencer que, pelo mérito, as emendas atrapalham o projeto. Muito pelo contrário, elas acrescentam, contribuem com o projeto, porque o mérito das emendas demonstra o processo democrático de fortalecimento deste Poder Legislativo, em que a definição do trajeto por onde vai passar o gasoduto terá que passar pela Assembléia Legislativa.

E o Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Eliene, um socialista - aliás, pela história do Socialismo neste País, que diz-se sempre em defesa do patrimônio público, e V. Ex^a não está discutindo...

(A SR^a SERYS SLHESSARENKO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - ...Eu quero aqui dizer à Deputada Serys Slhessarenko que eu estou defendendo a causa do Socialismo, não a causa do Deputado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente Eliene, Srs. Deputados, que na verdade a emenda de minha autoria, Deputado Zé Carlos do Pátio, e a emenda de autoria do Deputado Moacir Pires só enriquecem este Projeto de Lei.

Eu quero o argumento, Sr. Presidente. E aí é que eu quero dizer o quanto essas Comissões não estão cumprindo com o seu dever. E é por isso que hoje, agora mesmo, o Deputado Carlão Nascimento não me deixou usar a tribuna aqui, evitando que eu usasse da palavra. Sabem por quê? Porque não tem argumentos para defender a tese que nós estamos defendendo, porque a Comissão de Constituição e Justiça deveria defender a constitucionalidade, a juridicidade, a questão regimental, a questão da legalidade. E a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que é a de V. Ex^a, deveria estar defendendo o mérito.

E a discussão do mérito é um processo democrático. E o processo democrático é passar pela Assembléia Legislativa todo trajeto por onde vai passar o gasoduto. E V. Ex^a prefere que o Governo do Estado, de forma aleatória, faça com que esse gasoduto, o trajeto dele esteja conforme a conveniência, sem sequer, Senhoras e Senhores - e há uma emenda de outra autoria - deixar a criação de um fundo para preservação ambiental. E é por isso que nós colocamos esse fundo para preservação ambiental.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, mais uma vez deixar a nossa indignação com a postura da Bancada do Governo e com o voto deles, porque eles não estão votando conforme devem votar as Comissões aqui constituídas.

Portanto, o meu voto é favorável à emenda, porque ela só vai enriquecer este Projeto de Lei.

O SR. ELIENE - Passo a colher o voto do Deputado Moacir Pires (PAUSA)...

O Sr. Moacir Pires (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Srs. Deputados, Sr^a Deputada, platéia que nos assiste:

Eu vou ler este projeto de lei aqui para que fiquem cientes do que nós estamos votando, porque muitas vezes os Senhores não estão sabendo o que estamos votando aqui, e quero ler o que o Governador está fazendo...

O Sr. Rene Barbour (DE SUA BANCADA) - E o Regimento Interno?

O Sr. Moacir Pires (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Não tem Regimento Interno, não, Deputado Rene Barbour. Regimento Interno nós fazemos quando queremos aqui também.

“**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Gasocidente do Mato Grosso Ltda., mediante concessão administrativa, independente de licitação, o uso dos imóveis de domínio público estadual localizados na faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural denominado ‘Gasoduto Bolívia-Mato Grosso’, com início na fronteira Bolívia-Brasil, no Estado de Mato Grosso, até o Município de Cuiabá.

Art. 2º A concessão de uso será formalizada mediante contrato, onde deverá, expressa e obrigatoriamente, ser especificada a delimitação dos imóveis a serem utilizados para a construção do gasoduto, os prazos e condições do ajuste, bem como os direitos e obrigações do Estado de Mato Grosso e da Gasocidente de Mato Grosso Ltda.”

Nós não somos contra a *ENRON*, que está instalando essa empresa aqui. Pelo contrário, somos muito a favor, queremos o progresso de Mato Grosso, ela vai ser primordial ao progresso de Mato Grosso. Nós estamos votando a favor deste Projeto de Lei, vamos votá-lo, mas eu estou apresentando uma emenda para que o Governo, quando for doar as terras de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Mato Grosso, tenha que passar a autorização pela Assembléia Legislativa, para nós sabermos o que ele está doando para essa empresa. É isso que nós estamos querendo.

Vou ler, agora, a minha emenda:

O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação: “A concessão de uso será formalizada mediante contrato, aprovado pela Assembléia Legislativa, onde deverá, expressa e objetivamente, ser especificada a delimitação dos imóveis a serem utilizados para a construção do gasoduto, os prazos e condições do ajuste, bem como os direitos e obrigações do Estado de Mato Grosso e da Gasocidente do Estado de Mato Grosso Ltda.”

Essa é a nossa emenda, e eu peço ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, meu amigo, do Bloco Autonomia, que hoje de manhã estava junto comigo, somamos o nome de treze Srs. Deputados para defender isso aqui... Isso aqui é um Poder! Nós vamos entregar uma “carta verde” ao Governador? Se não tem nada de errado na nossa emenda, qual é o problema?

Então, o meu encaminhamento de votação é a favor da Emenda nº 01 e da Emenda nº 02, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, resumindo a votação, ficamos a favor do Projeto. Na apreciação do mérito houve três votos contra dois, portanto, a favor do Projeto de Lei na sua forma original.

Eu gostaria de dizer que não nos preocupam as posições radicais do Deputado Zé Carlos do Pátio, a forma como ele tem-se portado aqui na Assembléia Legislativa, porque eu até já pensei que, para ele não ficar tão indignado como ele propala aqui no microfone, ele tinha que arrumar uma Assembléia Legislativa só dele, gente só dele, e não com consciências diferentes, porque tudo que se faz aqui, só vale a opinião dele.

Com relação ao Socialismo, eu acho que tudo na vida é dinâmico, e eu, uma das pessoas que admiro, em termos de avanço social, é o nosso Governador Dante de Oliveira, que hoje está no PSDB, e tem uma posição que me agrada e desagrada V. Exª, até por conveniência, porque V. Exª é Oposição.

Então, devolvo à Mesa Diretora o Projeto de Lei em discussão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, em seguida, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho e também o Deputado Gilney Viana.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu indago se V. Exª, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, quer discutir primeiro.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Não, Deputado, até porque V.Exª pediu a palavra primeiro.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu sou favorável ao projeto do gasoduto. Eu votei favorável em primeira discussão, e tive a oportunidade aqui de fazer a defesa do meu voto.

Agora, eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu sou favorável à emenda de autoria do Deputado Moacir Pires. Ora, uma emenda que em momento algum contraria o Projeto, pelo contrário, a emenda de autoria do Deputado Moacir Pires amplia o poder de fiscalização da Assembléia Legislativa. Como os Líderes do Governo estiveram neste microfone por diversas vezes durante este período legislativo, inclusive hoje, e estão com a consciência tranqüila de um Governo transparente, não há o que se temer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Eu creio, Sr. Presidente, que uma emenda deste teor, que procura... Diz a emenda do Deputado Moacir Pires, no seu Artigo 2º: “A concessão de uso será formalizada mediante contrato aprovado pela Assembléia Legislativa...”. Ora, qualquer projeto do INTERMAT nós temos que aprovar, por que num projeto de tamanha envergadura, como é o do gasoduto, a Assembléia Legislativa não pode dar o seu aval?

Então, eu venho aqui fazer a defesa desta emenda, no que pese ela ter sido derrotada nas Comissões. E, também, dizer que nós estamos perdendo uma oportunidade ímpar de nos fortalecermos enquanto Poder Legislativo.

Quero parabenizar o Deputado Moacir Pires por esta emenda, que foi muito bem elaborada, porque restitui o poder de fiscalização da Assembléia Legislativa neste Projeto, que é um projeto que ele também quer aprovar, o do gasoduto. O Deputado Moacir Pires é favorável ao projeto, assim como eu sou - e já pude constatar isso.

Com relação à segunda emenda, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, só há aqui um problema. Nós não podemos criar um fundo. Este tipo de fundo nós não temos competência para criar. Nós podemos autorizar o Governo a criar ou não. Aqui já tem um vício de constitucionalidade.

Mas a Emenda de autoria do Deputado Moacir Pires amarra expressamente o poder da Assembléia Legislativa aprovar ou não os contratos. E eu creio que V. Ex^a, em boa hora, apresentou essa emenda que tem o meu apoio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa e assistência que nos ouve neste momento.

Sr. Presidente, primeiramente, nós gostaríamos de deixar bem claro que o Bloco Autonomia foi o primeiro, em relação a esse Projeto, a buscar na íntegra a sua discussão. Até porque, nós tínhamos algumas dúvidas e, infelizmente, a Bancada Governista não soube tirá-las.

Mas, por uma habilidade muito grande do Deputado Alencar Soares, hoje nós conversamos com o Governo, e ele nos fez uma promessa, não a mim, mas ao Bloco Autonomia, que sendo aprovado esse projeto, automaticamente o Governador deverá enviar a esta Casa, no início ou no final de agosto, ou no início de setembro, um projeto de regulamentação da comercialização e da privatização dessa empresa que vai ser criada sobre essa questão do gasoduto.

Feito isso, nós, enquanto Líder do Bloco Autonomia, nos reunimos com os companheiros do Bloco - os Deputados Benedito Pinto, Amador Tut, Silval Barbosa, Hermínio J. Barreto - e traçamos mais uma vez uma posição do Governo do Estado, para votar favorável ao Projeto. E também decidimos levar ao nobre Parlamentar, meu companheiro e irmão “Moacirzinho”, Deputado Moacir Pires, que de acordo com o compromisso que nós temos com o Governador do Estado nós não poderemos votar a sua emenda.

Explicamos ao Deputado Moacir Pires que o Governo - na sua emenda não há nada que fira o Projeto - está mandando para cá, a partir do mês de agosto, um decreto de regulamentação, um projeto de lei regulamentando a questão da privatização, que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

estamos querendo fiscalizar, que é o que V. Ex^a foi a fundo, em uma emenda muito sábia, como disse o Deputado Humberto Bosaipo.

Feito isso, eu quero deixar bem claro aqui que todos os projetos que entrarem nesta Casa e que a Liderança do Governo não discutir com o Bloco Autonomia, nós vamos questionar. Gostaria de dizer ao Deputado Rene Barbour e ao Deputado Alencar Soares, que projeto do Governo não passa por aqui sem se discutir com o Bloco Autonomia, que ainda é e sempre será o pêndulo dessa discussão.

O Sr. Moacir Pires - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo um aparte ao nobre Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Eu só gostaria de pedir a V. Ex^a que faça jus ao Bloco Autonomia, ao nome dele: autonomia. V. Ex^a concordou conosco hoje, de manhã, que votaria conosco. Foi só um telefonema do Governador, que V. Ex^a vai mudar? Então, que autonomia é essa? Vote o Bloco... Ajude-nos. Essa emenda é para a Assembléia fiscalizar. É o nosso papel, Deputado, fiscalizar! Ninguém está querendo... Se o Governo é tão transparente, “casa arrumada” direitinho, ninguém vai querer fazer nada de errado.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Nobre Deputado, V. Ex^a foi muito a fundo na discussão...(RISOS), mas V. Ex^a sabe que as discussões passam pela questão... E o Governador se comprometeu com o Bloco Autonomia e com esta Casa de Leis a mandar para esta Casa, no mês de agosto, a regulamentação da privatização.

Então, nós vamos aprovar uma emenda sem a necessidade da privatização do gás, Deputado Gilney Viana, V. Ex^a sabe que vai se criar uma empresa e, automaticamente, privatizar...

O Sr. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - Privatização de quê? Eu não sei.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sim, Senhor, V. Ex^a é conhecedor!

O Sr. Roberto Nunes - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho, o Parlamento é isso, aqui se discute e se chega a um denominador comum.

Eu confesso que era muito simpático, também, à emenda de autoria do Deputado Moacir Pires, uma emenda que só engrandeceria ainda mais o Projeto, mas eu quero dizer ao nobre Deputado que nós nos reunimos com o Bloco Autonomia, do qual o Deputado Wilson Teixeira Dentinho é o Líder, e pela autonomia do Bloco, eles decidiram - na sua maioria -, acompanhar o Projeto do Governo sem as referidas emendas.

Então, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho - eu quero aqui defendê-lo, nobre Deputado Moacir Pires - foi voto vencido, como eu também, na nossa Bancada, para que nós votássemos o projeto como veio do Palácio, como foi enviado para esta Casa.

Então, eu quero colocar a V. Ex^a que nós votamos em bloco...

O Sr. Moacir Pires (DE SUA BANCADA) - V. Ex^a pertence ao Bloco?

O Sr. Roberto Nunes - Pertencem ao Bloco Frente e Cidadania e o Deputado Wilson Teixeira Dentinho é do Bloco Autonomia, mas os Blocos se uniram e chegaram à conclusão, pela indicação dos nossos Líderes, Deputado Rene Barbour e Alencar Soares, de que votaríamos em conjunto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Eu também desisti de apoiar a emenda de V. Ex^a, assim como o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, porque nós fomos voto vencido na nossa Bancada, mas V. Ex^a continua tendo o nosso respeito, o nosso apreço, é uma emenda brilhante, mas infelizmente nós temos que votar com a nossa Bancada.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Roberto Nunes. Quero agradecer os companheiros do meu Bloco, com os quais fizemos essa discussão, e, também, em meu nome, não em nome do Bloco Autonomia, quero deixar bem claro ao Deputado Roberto Nunes, que o Bloco Autonomia vai votar com o Governo, favorável à proposição do Governador, e compromissado com o Governador.

E não foi nada do Deputado Alencar Soares ou do Deputado Roberto Nunes conosco - vou deixar bem claro isso aqui... Porque eles não trouxeram à discussão com o Bloco Autonomia. O dia em que a Liderança do Governo não discutir qualquer projeto de interesse do Governo com o Bloco Autonomia nós vamos traçar a mesma posição, vamos nos reunir e traçar posição. Não tragam projeto do Governo aqui sem discutir com o Bloco Autonomia.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilney Viana, que dispõe de dez minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, permita-me, antes da contagem do meu tempo, fazer uma Questão de Ordem para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Eu faço a Questão de Ordem baseado no Artigo 373, § 1º, “b”, pedindo que seja suspenso o processo de discussão e votação desse projeto de lei, na medida em que existe um vício de constitucionalidade que não pode passar despercebido, não obstante o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Eu não estou com o Regimento Interno para citar *ipsis literis*, o que seria mais adequado, mas eu me socorro da Consultoria Técnico-Jurídica - Artigo 373 do Regimento Interno - para pedir que... Há um vício... Quer dizer, Artigo 374, § 1º, “b”, do Regimento Interno, que diz: “O Requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação se for apresentado...”, combinado com o Artigo 373, “... para proposição que conceda benefício ou favorecimento à pessoa física ou jurídica de direito privado”.

Acontece, Sr. Presidente, que não há no processo nenhum atestado, nenhum documento que afirme que a GASMAT seja uma empresa pública ou privada. E outra coisa, na medida em que não há nada no projeto que insinue sobre a característica formal da empresa, eu fui ao Decreto Presidencial que autoriza a desapropriação de terras privadas ao longo do trajeto do gasoduto, e observei, Sr. Presidente, que no último artigo do Decreto fala da empresa como se ela fosse empresa pública. Se isso é verdadeiro, Sr. Presidente, eu acho que nós estaremos diante de uma contradição com o que determina a condição expressa de conceder urgência para votação. Então, eu indagaria a V. Ex^a que, antes de resolver a Questão de Ordem, se ela é uma empresa pública ou privada, suspendesse os procedimentos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Indefiro o pedido de V. Ex^a em Questão de Ordem, tomando por base o Artigo 41 da Constituição

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Estadual, onde é previamente permissível que o Governo do Estado apresente matéria em regime de urgência.

E também, por entender que no bojo da Mensagem nº 17 já fica claro, quando diz que “a Gasocidente do Mato Grosso Ltda., GASMAT, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia Imigrante nº 3.370, Novo Distrito Industrial, nesta Capital, como empresa que desenvolve atividade pública controlada pelo Governo Federal, foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Petróleo-ANP, através da Autorização ANP nº 24, de 17 de março de 1999 (DOU 18/03/99)”.

Portanto, indeferida a Questão de Ordem de V. Ex^a.

O Sr. Gilney Viana - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilney Viana, que dispõe de dez minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, com a sua tolerância, nós poderíamos contraditar e pedir uma revisão da sua decisão?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Permitido.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado.

Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero deixar bem claro que vou permitir que V. Ex^a use a tribuna por três minutos, mas informo que na decisão da Questão de Ordem não existe revisão. Portanto, eu vou apenas conceder para desengargo de consciência, para que V. Ex^a possa nos informar algum fato novo.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, *data venia*, V. Ex^a já recorreu ao Plenário quando teve dúvida. Então, se V. Ex^a me permitir, for condescendente, se a dúvida paira na cabeça de V. Ex^a, V. Ex^a pode recorrer ao plenário agora, como recorreu numa Questão de Ordem solicitada pelo Deputado Zé Carlos do Pátio.

O que eu estou querendo colocar é que V. Ex^a, ao responder a nossa Questão de Ordem sobre a natureza jurídica da GASMAT, usou da presunção - presunção não no mau sentido -, de que o que está escrito lhe autoriza a deduzir que é uma empresa privada, uma empresa de direito privado.

Então, acontece que essa mesma presunção eu posso ter para uma conclusão diferente, de que é pessoa jurídica de direito público, quando eu ler o Decreto Presidencial que autorizou a desapropriação. *Data venia*, se eu recorrer ao último artigo desse Decreto, V. Ex^a vai ver que ele autoriza a empresa a proceder à desapropriação. Eu nunca vi isso, autorização dessa natureza para empresa privada - aliás, eu acho que tem vício até para a empresa pública, mas aí está eivada de vício.

Então, eu peço a V. Ex^a - se V. Ex^a mantiver sua posição, eu vou acatar, não tem problema nenhum, mas eu acho que V. Ex^a não tem subsídio suficiente para responder a minha Questão de Ordem - que reconsidere e envie um requerimento à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, pedindo os autos constituintes, o registro constituinte da GASMAT, para que nós saibamos exatamente de que natureza jurídica ela é e quem são seus sócios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu continuo indeferindo o pedido de V. Ex^a, uma vez que esse é um papel afeito à Comissão de Constituição e Justiça, e ela sim tem que estar afeita a isso, primando pela constitucionalidade da matéria.

Portanto, eu concedo a palavra a V. Ex^a, para discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, não concordando com o mérito da decisão, mas respeitando, em função do cargo que V. Ex^a ocupa, eu vou me ocupar agora do mérito.

Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, aqui nós estamos assistindo a uma comédia de erros do tipo shakespeariana. Shakespeare tem uma comédia de erros, onde uma pessoa fala assim: “Ele é meu irmão”. Aí vai no irmão e o irmão fala: “Não, ele não é meu irmão!”. Entendeu?

Aqui é uma comédia de erros, onde o Governo Estadual autoriza a concessão, o direito de uso para uma empresa privada, e o Líder do Governo aqui fala em privatização, quer dizer privatizar o quê, se a coisa está concedida uma empresa privada? Quer dizer, a *ENRON*, a suposta empresa, porque não está dito aqui que a *ENRON* é beneficiária, a suposta empresa beneficiária é privada! A *GASMAT*, supostamente, pela resposta da Mesa, é uma empresa privada. Privatizar o quê? O gás é da Bolívia, está sendo comprado lá, nós não temos jurisdição sobre o gás da Bolívia. Então, esses são argumentos que não têm nenhuma base.

Vejam bem, segunda questão que eu queria levantar: a Constituição federal fala que quando se elabora uma lei, o Parlamento, ou mesmo um decreto presidencial, que é uma prerrogativa do Executivo, a lei tem que ser impessoal, a lei tem que ter um fato determinado, a lei tem que ter objetividade, a lei tem que ter especificidade, a lei tem que ter uma determinação que não gere interpretação duvidosa quanto ao objeto que é regulamentado.

E qual é a especificidade que esse projeto de lei tem? Só o trajeto do gasoduto, mas ninguém sabe qual é o trajeto do gasoduto. Isso não está no projeto de lei. A Lei fala que tem que ter uma determinação quanto ao objeto. No projeto de lei fala o seguinte: “...nas áreas que margeiam o trajeto do gasoduto...”. Mas são trinta quilômetros, são trinta metros, são trezentos quilômetros? Não existe nenhuma determinação objetiva. Então, o projeto está eivado de erros, de vícios.

As coordenadas, nobre Deputado Nilson Leitão, estão no Decreto presidencial, e não é feita nenhuma referência a ele no projeto de lei. E não pode haver presunção na lei, porque senão todos os intérpretes da lei, inclusive o Poder Judiciário, vão fazer a interpretação de acordo com seus interesses. A lei tem que ter objetividade, para que o cidadão saiba o que lhe está sendo imposto, o que lhe gera obrigações e deveres. Este projeto de lei está gerando direitos para a tal da *GASMAT*, que ninguém sabe quem são os sócios, para usar a terra pública, para passar rio, sem que nós tenhamos quaisquer compensações financeiras. Nem sequer se estabeleceu uma compensação financeira, como propôs a Emenda n^o 02, do Deputado Zé Carlos do Pátio - numerada como 03, se não me engano...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (DE SUA BANCADA) – Emenda n^o 02.

O SR. GILNEY VIANA - ...Emenda n^o 02, na Comissão de Constituição e Justiça, não foi objeto de apreciação, porque o Governo e a base Governista aqui na Assembléia Legislativa são extremamente condescendentes com os projetos privados. Têm uma concepção privatista, e querem privatizar as terras públicas. Tudo bem, que o façam, mas têm que respeitar a Constituição, porque se a terra pública aqui referida ultrapassar dois mil e quinhentos hectares, ela terá que ser objeto de lei específica.

E aqui está a Comissão de Terra e Meio Ambiente, que vota dezenas de projetos, de autorizações de transferências de domínio do território público para o privado, e quando o faz, determina com todos os azimutes, com todas as coordenadas e limites, e aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

não tem um limite sequer. Ao contrário do Decreto do Presidente da República que, é bom que se diga, estabeleceu limites, trinta metros de cada margem, estabeleceu os azimutes, coordenadas. Aqui tem várias - E, P, 37, 57N... E aí por diante. São diversas numerações que mostram onde está sendo aberto para a passagem do gasoduto.

E nem a isso se deu o luxo o Governo do Estado. Sabem por quê, Srs. Deputados? Porque ele está convicto de que a Assembléia Legislativa não está atenta aos seus erros e vícios. E esta Assembléia Legislativa precisa estar atenta aos erros e vícios do Executivo, porque senão nós vamos conceder uma margem de erro muito grande para o Executivo e vamos perder poder de legislar.

Sr. Presidente, eu lamento que V. Ex^a tenha tomado uma decisão que prejudicou a nossa posição, V. Ex^a está no seu direito, como Presidente, mas até quem tem direito erra. O fato de ter direito e ter uma função delegada pelo coletivo não lhe exime de erro, como nós outros aqui, ao usar da tribuna, ao formular quaisquer posições.

E permito-me, *data venia*, dizer que V. Ex^a foi condescendente demais com o erro palaciano. O Palácio Paiaguás precisa ter claro que aqui não tem “bobó”, que ele não venha passar diploma de burro que aqui nós não vamos aceitar. Não venham “passar o chapéu em nós”, que não vão passar! Podem vencer, porque são maioria, mas diploma de burro não passarão em nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e é por isso que nós discutimos contra.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero aqui lamentar profundamente o parecer contrário às nossas emendas - tanto é que pediremos destaque e o Deputado Moacir Pires também.

Eu quero dizer que, na verdade, a Bancada de Oposição em nenhum minuto foi contra o projeto, até porque o gasoduto tem que chegar até Cuiabá, e para chegar tem um trajeto, e esse trajeto passará por áreas públicas, o que é natural.

Mas, veja bem, Sr. Presidente, ao pedirmos que se submeta à Assembléia Legislativa os locais por onde passará esse gasoduto, o trajeto que ele fará, não há nada de errado nisso. Muito pelo contrário, significa aperfeiçoar mais, aprofundar mais, cumprir o dever de fiscalizar as obras do Governo com mais precisão.

Solicitamos esse fundo, Deputado Gilney Viana, para preservação ambiental, porque não adianta ficar fazendo reservas ecológicas, preservação ambiental, fazer discurso de preservação ambiental, se de repente vem um gasoduto como esse e atravessa o Pantanal, atravessa áreas públicas, atravessa áreas de preservação ambiental, sem sequer passar pela autorização da Assembléia Legislativa.

E aqui eu quero lamentar profundamente que esse projeto seja extremamente genérico. Nós não sabemos quem é a GASMAT, não tem documentação dela. Aqui, também, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária dão parecer político e não parecer técnico. Qual é o mérito da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para dar parecer contrário à emenda de nossa autoria e à emenda de autoria do Deputado Moacir Pires? Qual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

é o mérito? Elas são ruins? Elas prejudicam, Deputada Serys Silhessarenko? Ou elas contribuem para o bem deste Parlamento, para a fiscalização do Poder Público?

Quer dizer, não foi discutido o mérito. E quando eu pedi um aparte ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quando o Deputado Alencar Soares deu seu parecer, e o Deputado Carlão não quis conceder aparte, eu queria perguntar justamente isso para o Deputado Alencar Soares: Qual é o mérito para V. Ex^a dar parecer contrário?

Porque nós queremos que seja remetido a esta Casa de Leis todo o trajeto, toda a obra que será executada...

O SR. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - A GASMAT deve ser “fantasmática”!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Bem, Sr. Presidente (RISOS NO PLENÁRIO)... A GASMAT deve ser “fantasmática”...

Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, caros colegas Deputados, que nós ainda temos esperança de que nós podemos mudar os votos, que nós não vamos dar um “cheque em branco” ao Governo do Estado. Porque nós vamos entregar ao Governo as áreas públicas para ele definir uma empresa que nós não conhecemos - não temos profundidade de conhecimento sobre ela - para conduzir toda essa obra, e a Assembléia Legislativa não vai cumprir seu papel de fiscalizadora.

Eu quero sugerir à Bancada do Governo... E aqui eu quero parabenizar o Deputado Wilson Teixeira Dentinho. O Deputado Wilson Teixeira Dentinho está correto! Chega de ir a reboque da Bancada do Governo. Eu acho que o Bloco Autonomia tem que, agora, dar um grito de independência: “Autonomia ou morte!”, porque, na verdade, essa Bancada não pode ficar aceitando o que o Líder do Governo manda para cá.

E eu quero fazer uma sugestão, que o Bloco Autonomia se sente com a Bancada do Governo para discutir esses projetos, aceitar as nossas idéias, levar para o Governo. Vamos construir, gradativamente, um avanço neste Parlamento. Quando eu questiono este Parlamento, muitos colegas Deputados falam que nós estamos denegrindo a imagem do Parlamento. Não é isso! Não é por esse caminho que o Deputado Zé Carlos do Pátio quer colocar! Nós queremos colocar que nós temos que discutir as matérias de forma mais democrática.

E eu, Deputado Gilney Viana... Está aí o Vice-Governador Rogério Salles, que eu citei como exemplo hoje. Ele já foi Prefeito em Rondonópolis pelo PMDB, depois pulou para o lado de lá. A Bancada do PMDB é maioria em Rondonópolis, como era maioria na minha época - nós temos hoje nove Vereadores em Rondonópolis, de um total de dezessete -, e lá a Bancada do PMDB não deixava... O Prefeito era do PMDB, mas não passava nada sem uma discussão com ele. Nós o questionávamos, e no orçamento não passava suplementação em aberto, não! Ele era do PMDB, mas tinha que submeter à Câmara Municipal qualquer suplementação! Isso não significava que nós não tivéssemos compromisso com a administração, significava que nós estávamos acompanhando a administração.

Agora, aqui, ao invés de eu chegar neste Parlamento, eu que venho do interior e quero ver um povo... Eu estava esperando ver os Deputados com uma visão cada vez mais moderna de discussão, mas é o contrário, os Deputados acatam aquilo que o Governo quer, aceitam! Não há uma discussão coesa, aceitam. E o argumento pode ser o que for, porque vão votar do mesmo jeito, e eles têm a garantia de ganhar nas próximas eleições. Eu acho que esse jogo dá certo, Deputado Gilney Viana...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

O Sr. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - “Um dia a casa cai.”

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É: “um dia a casa cai”. Mas eu estou confiando no Bloco Autonomia, eu acredito que esse Bloco vai dar seu grito de independência. Deputados que sempre privaram pela seriedade não vão dar sustentação ao Governo sem uma discussão mais profunda.

Até concordo, Deputado Carlão Nascimento, até concordo Deputado Riva, que V. Ex^{as} privem o meu direito de falar, até porque V. Ex^{as} são do PSDB, mas o Bloco Autonomia não, ele vai mudar sua posição. Ele vai começar a rever a sua posição, até por sua própria sobrevivência. Aqui não dá para ficar no meio termo, ou você é ou não é, senão o caboclo entra numa vala só e vai embora!

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir aos Srs. Deputados... Essas emendas não prejudicam o projeto, só mostram transparência, só mostram que nós vamos deixar de dar “cheque em branco” para o Governo.

Eu quero aqui pedir aos Srs. Deputados que nos dêem apoio, nos dêem sustentação política para que nós possamos até retirar este projeto de lei, para rediscuti-lo de uma forma democrática. Eu tenho certeza absoluta de que a Bancada do Governo vai retirar esse projeto, e vamos rediscuti-lo, porque na verdade não podemos votar do jeito que está.

Nós retiramos, dias atrás, nosso projeto substitutivo, estudamos, fizemos emendas, mas os Senhores não as acataram. E era só para avançar, o projeto substitutivo não era para atrapalhar. Nós submetermos à Assembléia Legislativa qualquer encaminhamento vai atrapalhar? Muito pelo contrário! Então, eu quero pedir o voto do Bloco Autonomia, o voto das Bancadas do PFL, do PT, do PMDB, de todos os partidos políticos e, se possível, que um Deputado do PSDB, desgarrado, vote conosco. Peço o apoio de V. Ex^{as} para não passar este projeto de lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu gostaria que o Deputado Zé Carlos do Pátio viesse até o Plenário desta Casa para que eu pudesse responder por que neguei o pedido na Questão de Ordem levantada por ele.

(NESTE MOMENTO O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ADENTRA AO PLENÁRIO)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Zé Carlos do Pátio, V.Ex^a que é um grande Deputado, combativo, emotivo - eu só espero que V. Ex^a não chore hoje -, eu quero dizer que V. Ex^a está passando aqui, talvez, aquilo que V. Ex^a proporcionou aos Vereadores de Rondonópolis, quando os Vereadores do PT lutaram para formar uma CPI. Mas eu gostaria que V. Ex^a, quando usasse da tribuna, pelo menos lesse o Regimento Interno desta Casa.

Por que eu neguei a Questão de Ordem levantada por V. Ex^a? Baseado no Artigo 310 do Regimento Interno desta Casa. Se V. Ex^a ainda não estudou o Regimento Interno, eu sugiro que V. Ex^a, a partir de agora, passe a estudá-lo, para poder discutir conosco aqui.

Diz o Regimento Interno, no seu Artigo 310: “Não será permitido aparte: I - à palavra do Presidente; II - paralelo a discurso; III - por ocasião de encaminhamento de votação; IV - quando o orador...”. Há uma série de coisas, mas eu vou chamar a atenção de V. Ex^a para o inciso VII...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - É o inciso IV...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - "...na discussão..."

O Sr. Zé Carlos do Pátio - "... quando o orador..."

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado, "VII - na discussão de relatório, em comissão que esteja oferecendo parecer oral." Era o que estava sendo feito naquele instante. Portanto, eu sugiro que V. Ex^a estude o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Moacir Pires - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu pedi a palavra, pela Ordem, para deixar claro ao Deputado Carlão Nascimento que ontem eu não tive vergonha nenhuma de cometer aquele ato. Não tive vergonha, porque é muito mais digno ficar calado e suportar tudo o que eu suportei ontem, sem o direito de pedir vista e sem o Presidente cumprir o dever de conceder vista, que era um direito meu, que inclusive V. Ex^a concorda. É muito mais digno ficar calado, quando eu tinha o direito de falar, e o Presidente não me concedeu o direito de falar, ficar quieto, que tomar uma atitude mais agressiva aqui neste Parlamento, como já vi acontecer aqui.

E quanto à questão de Rondonópolis, Sr. Deputado, quem comanda o Parlamento de Rondonópolis é o PMDB - o PMDB tem nove Vereadores lá. E eu queria, já que V. Ex^{as} têm a maioria aqui, que os Senhores fizessem aqui em Mato Grosso o que nós fizemos em Rondonópolis, porque em princípio nós questionamos, mas depois nós tomamos uma posição. Agora, o duro é os Senhores, depois de todo esse escândalo da SEFAZ, da máfia da madeira, da máfia de tudo o que tem neste Estado, não cassarem o Governo que têm. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concedo a palavra ao Deputado Moacir Pires. E a Presidência hoje está sendo generosa, está concedendo a palavra, pela Ordem, inclusive para assuntos que não são atinentes ao momento.

Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Gostaria que esta Mesa votasse o pedido de destaque à nossa Emenda n^o 01.

Eu gostaria de continuar acreditando nos homens de boa fé, nos homens de palavra, naquilo que nós acordamos hoje de manhã... E tenho certeza de que nossa emenda, elogiada por todos os Parlamentares desta Casa nos corredores, nas cadeiras, aqui em plenário, até mesmo pela Oposição, que a elogia e que acha que é uma emenda boa para esta Casa... Gostaria que o "rolo compressor", como é falado no meio, não interferisse no nosso Parlamento, porque na hora de pedir voto, somos nós que estamos lá pedindo voto, batalhando nas ruas, que estamos dentro dos gabinetes atendendo a sociedade, atendendo os Srs. Vereadores, os Srs. Prefeitos, a comunidade.

O Sr. Governador, eu sei que ele tem boa intenção para com o nosso Estado. Eu escutei um discurso dele um dia desses, no lançamento da ponte sobre o Rio Juruena, uma ponte de grande envergadura e importância para o nosso Estado - eu tenho certeza de que ele quer o bem para o Estado. Agora, algumas matérias esta Assembléia tem que fiscalizar! Hoje à tarde, por exemplo, foi formada uma Comissão para fiscalizar o empréstimo de quarenta e

cinco milhões de dólares. É o nosso dever, o nosso papel! E é o nosso papel fiscalizar este projeto que está aqui, de tamanha envergadura.

Ninguém está duvidando do Sr. Governador, e ninguém quer atrasar a obra desta empresa importante que vem para o nosso Estado. Nós não queremos... Está aí o Marcos Coutinho, a imprensa está aqui nos escutando, ninguém aqui quer atrasar esta obra. Nós queremos só ter o direito de fiscalizar, saber o que o Governo vai doar para essa empresa. Podem dizer que vai ser privatizada no mês de setembro, e não sei mais o quê! Que se privatize, não tem problema algum! Que o Governo mande para cá outros projetos, mas que nós votemos de cabeça erguida, de consciência tranqüila, é isso que nós precisamos.

E não adianta falar: "Vamos 'patrolar' esse povo". Nós temos aqui seis, sete assinaturas, mas e a consciência dos Senhores, sabendo que vai ser votado um projeto de tamanha envergadura, de tamanha importância, só porque o Governador telefonou aqui e pediu? Qual o interesse nisso? Qual o interesse em não deixar a nossa emenda ser aprovada, se é uma emenda boa, elogiada por todos os Parlamentares desta Casa? Nós queremos ter o direito de ser Parlamentar. Nós queremos ter o direito de fiscalizar as boas coisas que o Governo faz por este Estado. Sou da Oposição, sou do PFL, e vou elogiar aqui as coisas boas que o Governador fizer por este Estado. E vou criticar, mas vou fazer uma crítica construtiva, para que ajude a melhorar o Estado.

É muito pouco? É pouco. Já ajudou a baixar a tarifa sobre a energia elétrica rural. Isso foi decorrência da nossa crítica. Eu assisti a uma palestra, anteontem, do Rigotto - uma palestra interessantíssima, eu já tinha assistido em Recife, naquela oportunidade em que nós fomos discutir o Parlamento Amazônico -, onde o Secretário de Fazenda Válder Albano... Até me deu vontade de pedir a palavra pela ordem e falar que nós estamos indo na contramão, aqui no Estado, com essa montoeira de aumentos de ICMS, de encargos...

Eu ouvi na Sessão Solene de ontem, requerida pelo Deputado José Carlos Freitas, um comerciante dizer que o maior sócio do comércio, hoje, é o Governo, pedindo encargos - e não faz nada, não dá empregos, só cobra.

Então, a nossa função é fiscalizar! É por isso que pedimos aos Srs. Parlamentares: Votem com a consciência! Eu estou votando e não sei qual vai ser o meu futuro, se amanhã eu vou ser retaliado pelo Governo - também não tenho medo, não tenho nada com o Governo, e não tem por que o Governo me retaliar, porque eu só faço uma oposição madura e sadia em nosso Estado.

Então, quero pedir o mesmo a V. Ex^{as} - até aos Deputados do PSDB. Não tem por que sofrer retaliação, porque o Governador precisa desta Casa, a partir do momento que o Governador não precisa desta Casa, não precisa mais ter Parlamentares pedindo votos no Estado de Mato Grosso. Por que será, então, que nós fomos pedir votos, se o Governador dá um telefonema aqui e, de uma hora para outra, se há treze, acaba havendo três ou cinco novamente.

Então, eu quero continuar confiando nos homens, quero continuar confiando nesses homens que deram as suas palavras, com quem nós podemos contar. Senão, amanhã, como é que eu vou confiar novamente? Eu vou dar a minha palavra e vou virar mais um, eu dei e não vou dar mais: "Ah, mudou à tarde, o Jayme Campos me ligou, o Júlio Campos me ligou, o Antônio Carlos Magalhães me ligou..." Nossos caciques nos telefonaram, e eu vou voltar atrás?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Eu acho que a política, Srs. Parlamentares, está mudando e as galerias estão aí assistindo a toda essa mudança da política... A população está de olho em nós, Srs. Parlamentares! Eu sei que, às vezes, muitas pessoas acham que o voto... Acham que pessoas só vêm em nossos gabinetes pedir favores, dinheiro, passagens, mas é a situação do Brasil, que se encontra carente, se encontra numa pobreza... Às vezes, eles pensam que nós estamos aqui obedecendo ao Governador e levando algo mirabolante por trás.

Então, são essas as minhas palavras, quero confiar em V. Ex^{as}, meus amigos! Se nós perdermos aqui, a amizade continuará sendo a mesma, mas, daqui para frente, nossas palavras também... Vamos nos acostumar a dar nossa palavra só na hora do voto. Não vamos dar antes para não passar vergonha, senão nós vamos passar muita vergonha.

Eu solicito que a minha emenda seja votada em destaque. Era só, Sr. Presidente.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente Deputado Riva, Srs. Deputados, eu estou ouvindo atentamente todos os meus antecessores a respeito dessa matéria, ouvindo um a um, cada qual tentando defender o seu ponto de vista. Eu considero que todos os que usaram da palavra aqui estão preocupados com o Estado de Mato Grosso. Todos estão preocupados principalmente com o meio ambiente e com a ecologia, no entanto, vejo-me no dever também de mostrar um outro lado, para que as pessoas que estão aqui nos assistindo também fiquem sabendo da importância deste projeto.

Não se trata aqui de um projeto qualquer, é por isso que está sendo discutido. Trata-se de um projeto que todo o Mato Grosso sonhou ter, e que não só Mato Grosso sonhou ter, mas Cuiabá sonhou ter o gasoduto, e isso está acontecendo. O gasoduto está vindo para Mato Grosso, passando por Cuiabá. Isso, sem dúvida, vai modificar a economia do Estado de Mato Grosso, Deputado Rene Barbour, nós não podemos negar esta verdade.

O gasoduto não tinha previsão de passar por Cuiabá. Todos sabem que o trajeto era Mato Grosso do Sul/São Paulo, no entanto, devido à insistência do Governo e dos Parlamentares isso foi mudado. Ele está vindo em direção a Cuiabá, trazendo uma economia importante para o Estado de Mato Grosso, trazendo praticamente a nossa independência na área da energia, trazendo o baixo custo do gás e trazendo emprego para milhares de pessoas.

Olhando as emendas aqui aportadas, sinto-me no dever de dar alguma explicação, porque se nós analisarmos a importância e o poder de fogo desta Casa, eu estaria sem dúvida votando favorável à emenda do Deputado Moacir Pires. Mas eu não julgo necessária, neste momento, esta emenda.

E, para isso eu trago uma solução, Deputado Joaquim Sucena, para este Plenário, que esta Casa forme uma Comissão Especial para acompanhar e fiscalizar o trajeto do gasoduto rumo a Cuiabá...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. BENEDITO PINTO - ...A minha proposta é que seja formada uma Comissão Especial especificamente para isso. Então, nós estaríamos utilizando o mesmo poder que temos aqui de fiscalizar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Agora, eu acho que é inviável todos os contratos serem submetidos à apreciação do Plenário, uma vez que nós podemos simplificar, Deputada Serys Shlessarenko, com a formação de uma Comissão Especial, onde nomearemos, através das Lideranças, cinco Parlamentares para acompanhar o desenrolar e o trajeto do gasoduto para Cuiabá.

Então, está aqui não uma crítica, mas uma proposta de solução, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu tenho certeza de que, se isso acontecer, estarei votando, no meu Bloco, para que V. Ex^a seja o nosso representante nessa Comissão, que sem dúvida é importante para a Assembléia Legislativa.

Por outro lado, eu votei contra a emenda de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, porque uma das emendas diz para tirarmos uma parte de 10% para criar um fundo. Nós não podemos criar fundo aleatoriamente. Nós não podemos criar um fundo de qualquer maneira, Deputado Zé Carlos do Pátio. Nós temos uma responsabilidade grande com o Estado de Mato Grosso. Já pensou se de qualquer forma pudéssemos chegar aqui e criar um fundo para determinada coisa, Deputado Gilney Viana? Seria fácil, mas nós temos que ter responsabilidade, porque milhares de pessoas votaram em nós, para estarmos aqui. E nós temos que ter consciência do chão em que estamos pisando, da assinatura que estamos dando e da responsabilidade que significa isso ser aprovado.

Portanto, Sr. Presidente, eu julguei necessário fazer esta explicação e propor esta saída, para que a Assembléia Legislativa coloque seus representantes para acompanhar, através de uma Comissão Especial, porque é justo, é democrático e funciona. Cada Partido, cada Bloco, indicará seus representantes, e este, sim, estará, em nome deste Poder, usando das prerrogativas constitucionais de fiscalizar a trajetória, de ver, olhar os contratos. Esta Comissão pode, sim, olhar todos os contratos que serão feitos com essa empresa e com seus proprietários - inclusive em relação à área pública que nós estamos autorizando o Governo a ceder para a empresa.

Dessa forma, eu tenho certeza de que nós estaremos cumprindo o nosso papel, cumprindo o papel desta Casa, e autorizando o progresso para Mato Grosso, tirando a burocracia e dando a facilidade para que nós possamos agilizar a chegada do gasoduto aqui em Cuiabá.

Então, Srs. Deputados, está aqui a minha parcela de contribuição. Eu tenho certeza de que a maioria acatará, pela experiência que tenho, e sei da importância que uma Comissão Especial, para determinados assuntos, pode ter.

Então, Srs. Deputados, eu fiz questão de, talvez até por último, usar da palavra para propor, Deputado Moacir Pires... E aí, sim, V. Ex^a, que teve o cuidado de buscar, aqui, fazer uma emenda importante, mas que neste momento poderá burocratizar o problema, poderá fazer isso, indicado pelo PFL, em uma Comissão Especial, tendo oportunidade de olhar contrato por contrato e fazer a sua fiscalização.

Era essa, Sr. Presidente, a minha contribuição para esse projeto. Eu acho que, sem dúvida, poderá ser formada essa Comissão Especial, Deputado, com cinco Parlamentares...

(O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. BENEDITO PINTO - ...Exatamente, Deputado, nós estaremos passando a esses cinco Parlamentares a autonomia para que eles possam olhar contrato por contrato, tudo o que será feito.

Eu encerro agradecendo ao Deputado Riva esse momento de discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

Peço a atenção dos Srs. Deputados, porque a Deputada Serys Slhessarenko está com um problema na voz.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou falar pouco, prometo - acho que é o gasoduto que está causando isso...

Essa história já não é mais uma história, é uma estória. Na Legislatura passada nós sabemos o que nós vivenciamos aqui. Os Deputados de então, já por conta, naquela época, de tentativa de *joint venture* com a CEMAT, mandaram para cá um projeto, com a maior displicência, numa postura do tipo: "A gente manda para lá, que aquela turma vai votar o que a gente quer, do jeito que a gente quer, e ponto final".

Infelizmente sempre foi assim, e a *ENRON* nos dá a impressão de que está acreditando que tudo será assim. E então, assusta-me ver esse projeto do jeito que ele aqui está, mas me assusta mais ainda o que vem daqui a pouco. Eu sei, eu tenho informações de que há praticamente trezentos contratos com proprietários particulares já assinados, para passar o gasoduto. Eu sei disso, são quase trezentos que já estão assinados com particulares...

Eu estou muito irritada com a minha voz, porque dá vontade gritar isso bem alto, mas não dá.

Nós chegamos a pedir o mapa por onde vai passar. Tivemos a possibilidade de tê-lo, mas também, num outro ato de displicência, até agora não chegou a nossas mãos, pelo menos o mapa.

Se já sabemos por onde vão passar nas propriedades particulares, se já sabemos de vários municípios, como Várzea Grande... Eu já sei por onde vai passar, Deputado Benedito Pinto, o gasoduto em Várzea Grande. Já sei! Já sei, sim, por onde vai passar em Várzea Grande, as propriedades particulares, já sei as praças que vão ser pegadas, até o cemitério de Várzea Grande. Então, eu já sei de um bocado de coisas. Mas, mesmo sabendo desse bocado de coisas, eu tenho certeza, tenho convicção que eu sei ainda muito pouco a respeito disso.

Sei que toda servidão de passagem tem um custo, mesmo que esse custo seja simbólico. Toda servidão de passagem, Srs. Deputados - os Senhores estão me ouvindo? Eu estou fazendo um esforço tamanho que estou exausta -, tem que ter um valor. Nem isso está previsto aqui no Projeto. Na justificativa pode ser que esteja, mas a displicência do Governo é tão grande que no Projeto sequer esse valor está estipulado. Que seja um, dois, três reais, mas servidão de passagem, quem é advogado sabe, que tem que estar prevista no Projeto. Não está! Cadê o mapa por onde vai passar? Não está!

Deputado Benedito Pinto, a servidão de passagem não pode ser gratuita, inclusive isso é ruim para a própria *ENRON*, não é nem para nós, e para essa outra que tem o nome fantasia, a *GASMAT*. É ruim para eles. Tem que ter esse preço estipulado, não está, e ninguém aqui atentou para isso.

Eu não ia falar porque estou proibida de falar, proibida por falta de cordas vocais - eu tenho que ficar três dias sem falar -, os Senhores não me deixam ficar sem falar, então, eu não melhora. Eu não ia falar, mas quando eu vi que estava se esgotando a discussão, e coisas sérias como essas não foram ditas, eu tinha que vir aqui dizer, para ficar gravado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

para no futuro ninguém dizer que nós fomos, como disse há pouco o Deputado Gilney Viana aqui, “bobós”. Eu não sou “bobó”, não. Eu sei que servidão de passagem tem que ser paga, pode ser simbólico o valor, mas tem que ser paga, e não está determinado no Projeto de Lei. Portanto, qualquer coisa na Justiça, acaba já com essa brincadeira da turma. Essa era uma questão.

Há outras questões aqui que eu gostaria de colocar, eu até seria um pouco repetitiva, mas eu gostaria de reafirmar, porém não vou fazê-lo em nome das minhas cordas vocais.

A minha preocupação, Deputado Benedito Pinto, com a formação da Comissão é que ela será formada, como V. Ex^a mesmo disse, por cinco Deputados. É óbvio que será maioria do Governo. E se a maioria é do Governo, é óbvio que a fiscalização vai ficar sob o controle, mais uma vez, do Governo. Portanto, Srs. Deputados, vamos... Pode-se até aprovar este Projeto...

(O SR. GILNEY VIANA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SR SERYS SLHESSARENKO - ...É o que eu estou acabando de colocar aqui, porque ninguém falou ainda. A servidão tem que ser paga, e isso não está previsto no projeto! Então, está invalidado este projeto, Deputado.

Eu quero deixar muito claro essas duas coisas: a formação da Comissão, que é o mesmo que trocar seis por meia dúzia, e o vício de origem, que eu estou batendo aqui, que ninguém tinha falado ainda, que é a questão da servidão. Servidão tem que ser paga! E isso não está previsto no projeto, portanto, tem vício de origem, não pode ser aprovado. Desculpem-me aqueles que me escutaram com dificuldade, porque eu estou com mais dificuldade ainda. Eu estou exausta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Gilney Viana - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Gilney Viana, que dispõe de cinco minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, está mais do que claro que o Governo Dante de Oliveira está submisso a uma lógica de atração de investimentos que, aparentemente, é correta para o desenvolvimento do Estado, mas os procedimentos são totalmente incorretos.

Na pressa de atender uma demanda da empresa *ENRON*, que age através de uma preposta chamada GASMAT, que ninguém sabe qual é a sua constituição, quais são seus sócios, nem quem são os seus dirigentes, pelo menos, não são nominados no projeto de lei, que nós não sabemos sequer se é registrada, porque não tem o seu CGC, o seu registro na Junta Comercial...

Então, nós estamos sob o risco de aprovar um projeto de lei que, de repente, GASMAT não é GASMAT, porque de repente, lá na Junta Comercial, o nome é outro. De repente, essa empresa não é aquela que é subordinada à *ENRON*, ou seja, nós estamos num verdadeiro - vamos assim dizer - abismo. Nós estamos legislando às cegas, é aquele vôo, aquele esquema que o Governador fez. Como piloto, ele largou o avião e quer que nós, como passageiros, ainda o aplaudamos. Agora, só teria um modo de corrigir os vícios do projeto, que é a emenda do Deputado Moacir Pires, que coloca a execução dos contratos na dependência de sua aprovação na Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Então, eu a apoio integralmente, como o Deputado Joaquim Sucena, como a Deputada Serys Shlessarenko e outros, porque essa emenda poderia corrigir parcialmente os vícios do projeto, porque, em essência, é um gesto de generosidade que o Governo está fazendo para com essa tal de GASMAT, que não tem contrapartida, porque o gasoduto não depende sequer disso, não depende! Um investimento de trezentos milhões de dólares, quinhentos milhões de reais, não depende dessa generosidade do Governo Estadual.

Esse tipo de atitude do Governador Dante de Oliveira beira a sabujice, beira o servilismo diante das empresas multinacionais, beira o excesso de neoliberalismo, de privatismo, de falta de amor ao seu Estado, e beira uma posição irresponsável com a *res pública*, com a coisa pública. Então, o correto é nós votarmos contrários ao projeto de lei, se eles não aprovarem as emendas.

E eu defendo a emenda do Deputado Zé Carlos do Pátio, que constitui um fundo. Porque eu já conversei com a *ENRON* lá dos Estados Unidos, há três anos, quando o projeto do gasoduto, aqui, era apenas imaginário. Lá nos Estados Unidos nós estamos conversando com os diretores da *ENRON*, não com os subalternos, com aqueles que mandam e não com aqueles que obedecem. E eles, com muita generosidade, lá na Bolívia, pagaram *royalties*, construíram fundos para as populações tradicionais por onde passava o gasoduto. E por que não podem fazê-lo aqui no Brasil? Não o fazem, não é porque não podem ou porque não querem, é porque o Governo brasileiro, e especialmente o Governo do Estado de Mato Grosso, é leniente na defesa dos interesses do Estado.

Eu sei que muitos Deputados estão, vamos dizer assim, apurados para votar esse projeto de lei...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...mas num gesto de brasilidade, num gesto de “mato-grossensidade”... É possível este termo? Então, se não for, nós inventamos esse neologismo... Votem, pelo menos, Srs. Deputados, votem pelo menos na emenda do Deputado Moacir Pires, porque ela corrige parcialmente os vícios de origem deste Projeto. Se não for aprovada a emenda em destaque do Deputado Moacir Pires, então, nós do Partido dos Trabalhadores, eu e a Deputada Serys Shlessarenko, votaremos contra e assumiremos em praça pública que não estaremos submissos a uma lógica que vende tudo que é do patrimônio do Estado, e até para concessão de uso de passagem não cobra pedágio! Ou seja, este Governador é mais entreguista...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Informo a V. Ex^a que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. GILNEY VIANA - O SR. GILNEY VIANA - ...do que os maiores entreguistas que nós já tivemos no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Rene Barbour...

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, solicito que a Emenda nº 01, de minha autoria, seja votada em destaque.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - ... o pedido de destaque, Deputado Moacir Pires...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, também solicito destaque das Emendas nºs 02 e 03, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferidos os pedidos de destaque.

Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui ouvindo discursos, discursos cansativos e totalmente equivocados, até de burros nos chamaram, até de burros, porque seria um “atestado de burrice nós aprovamos essa Mensagem do Governo”. Eu acho que despreparo teve esse Deputado, porque eu acho que ele não leu esse projeto. Ele não leu esse Projeto. Aqui fala em impacto ambiental... Impacto ambiental nós temos aqui um setor, a FEMA, que naturalmente, por ela estar discutindo o trajeto, quando for traçado o trajeto desse gasoduto, vai-se discutir se houve impacto ambiental, para isso existe a proteção até mesmo da Lei, existem juizados especiais para esta matéria. Então, impacto ambiental não existe, não é verdade, é equívoco.

Fala-se aqui em propriedades, que não se pode passar em propriedades particulares. Nós estamos cansados de saber! Quem é que não sabe que está inserido na Constituição Federal o direito de propriedade! Nós não temos autorização, nem o Governo, nem a *ENRON*, nem ninguém, de atravessar uma propriedade sem a sua desapropriação ou compra, mediante conversação e negociação com o dono da propriedade. Então, veja que isso também é um equívoco da Oposição.

Está aqui muito bem claro, Srs. Deputados, no Artigo 1º do Projeto de Lei, que diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, à Gasocidente do Mato Grosso Ltda., mediante concessão administrativa, independentemente de licitação, o uso dos imóveis de domínio público estadual...”.

Tem muita clareza aqui, Srs. Deputados, são as terras do Estado que nós estamos autorizando o Governador a fazer convênios para que passe esse gasoduto.

Ora, esse gasoduto, quando debandou rumo a São Paulo, a imprensa nacional toda noticiou. Isso é uma das grandes coisas que aconteceram no Brasil. Eu me lembro das conversações, quando havia que ter permissão do Governo da Bolívia para que esse gasoduto viesse para o Brasil, que viesse para Mato Grosso, como veio, e os Deputados ficam discutindo aqui uma emenda sem nenhuma importância.

Imaginem, nós que conhecemos a divisa, da Bolívia até Cuiabá não existem terras de domínio público, são terras de domínio municipal e particular - as de domínio municipal nós não estamos autorizando. Eles não poderão passar numa praça, porque nós não estamos autorizando, não temos competência para autorizar.

Então, vejam Srs. Deputados, quantos discursos equivocados, quantas ofensas tivemos que receber aqui neste plenário, como se nós fôssemos entreguistas. Entreguistas são esses homens ligados às ONGs, ao capital estrangeiro, ao capital que quer continuar tendo o Brasil como colônia dos países industrializados.

Vejam a importância de um projeto como esse, Srs. Deputados! Nós somos apenas produtores de produtos primários, está no Segundo Mundo a produção de produtos primários. Estado desenvolvido é o Estado industrializado, é energia elétrica que vai chegar em Mato Grosso, é a energia elétrica que nós não temos, que nos falta. Diversas hidrelétricas estão aí, a consumir óleo diesel, gastando divisas para importá-lo. E o que será de Mato Grosso chegando aqui este gasoduto? Ao invés de compradores de energia, seremos vendedores de energia para os Estados vizinhos.

Eu digo ao Deputado Gilney Viana, que perguntou o que o Estado ganharia apenas deixando passar o gasoduto, que eu deixaria passar em qualquer propriedade minha, iria lá aplaudir. Isso gera, Deputado Gilney Viana, recursos; isso gera venda de energia; isso gera ICMS; isso vai gerar empregos indiretamente.

Vejam, Srs. Deputados, se podemos ficar aqui atrelados a uma pequena emenda, que vai querer que sejam traçadas minúcias!

E o Sr. Governador, meus Senhores, não iria mandar para cá se não fosse já pré-combinado com a *ENRON*. E se, aprovada essa emenda do Deputado Moacir Pires, a *ENRON* disser que não aceita porque não foi essa a combinação, que a combinação foi de passar o gasoduto em terra pública estadual?...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo a V. Ex^a que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. RENE BARBOUR - Eu quero arrematar...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a pode encerrar.

O SR. RENE BARBOUR - Então, meus Senhores, vejam que foram discursos violentos, ofensivos à nossa Bancada, discursos equivocados, porque não estou falando aqui sobre hipótese. Estou falando aqui com o projeto nas mãos, Srs. Deputados - terras de domínio público estadual. E o Governo não tem nada da divisa da Bolívia até a cidade de Cuiabá.

Peço aos Srs. Deputados, tanto da Situação como da Oposição, que votem essa Mensagem, que é a Mensagem que Mato Grosso esperou a vida toda, que é a Mensagem da energia elétrica, da industrialização, rejeitando essa emenda que poderá prejudicar o contrato feito com o Executivo e com a firma vencedora desse gasoduto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 20:19 HORAS.)

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, para falar sobre o procedimento de votação. Se eu estiver equivocado, aceito retificação, mas na medida em que haja destaque das emendas, elas têm prioridade de votação, é regimental. Na medida em que houve pedido de destaque, e foram aceitos os destaques, que sejam votadas as emendas em primeira.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, salvo melhor julgamento, *data venia*, pela maneira como V. Ex^a colocou em votação, se nós votarmos os Pareceres técnicos da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Execução Orçamentária, não há necessidade de votar em destaque as emendas, porque os próprios pareceres rejeitam as emendas.

Então, eu sugiro a V. Ex^a - e isso, obviamente, vai passar no Plenário -, que sejam votadas as duas emendas em destaque, sob pena de nós termos prejuízo na defesa das mesmas. E se for votado, aqui, o parecer de mérito, não precisa se falar mais em emenda.

Era essa a nossa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido o pedido de V.Ex^a.

Emenda n^o 01, de autoria do Deputado Moacir Pires, que modifica a redação do Artigo 2^o da Mensagem n^o 17/99, de autoria do Poder Executivo. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

(TUMULTO NO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós estamos votando neste momento o Parecer à Emenda n^o 01.

(TUMULTO NO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Por gentileza, Srs. Deputados, em votação...

(TUMULTO NO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao 1^o Secretário que proceda à apuração dos votos.

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Eu vou nominar os votos, Sr. Presidente.

Deputados favoráveis ao Parecer: Rene Barbour, Deputado Nilson Leitão, Deputado Alencar Soares, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Benedito Pinto, Deputado Romoaldo Júnior, Deputado Riva, Deputado Eliene, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Silval Barbosa, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Roberto Nunes, Deputado Amador Tut, Deputado Jair Mariano.

Deputados contrários ao Parecer: Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Gilney Viana, Deputado Nico Baracat, Deputada Serys Shhessarenko.

Portanto, Sr. Presidente, 14 votos contrários e 08 favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Rejeitada a Emenda n^o 01.

Emenda n^o 02, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que acrescenta Parágrafo único ao Artigo 1^o da Mensagem n^o 17/99, de autoria do Poder Executivo. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao 1^o Secretário que proceda à apuração dos votos.

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Eu vou nominar os votos, Sr. Presidente.

Deputados favoráveis ao Parecer: Deputado Rene Barbour, Deputado Nilson Leitão, Deputado Alencar Soares, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Benedito Pinto, Deputado Romoaldo Júnior, Deputado Riva, Deputado Eliene, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Silval Barbosa, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Roberto Nunes, Deputado Amador Tut, Deputado Jair Mariano.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Deputados contrários ao Parecer: Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Gilney Viana, Deputado Nico Baracat, Deputada Serys Slhessarenko. Portanto, Sr. Presidente, 14 votos contrários e 08 favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Rejeitada a Emenda n° 02.

Emenda n° 03, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que acrescenta um parágrafo ao Artigo 2° da Mensagem 17/99, de autoria do Poder Executivo. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à apuração dos votos.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Sr. Presidente, repetiu-se a mesma votação da emenda anterior, 14 Deputados favoráveis e 08 contrários.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portanto, rejeitada a Emenda n° 03.

Em discussão os Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, ao Projeto de Lei n° 105/99, Mensagem n° 17/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de uso de imóveis de domínio público estadual, incidente sobre a faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat...

O Sr. Riva - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, apenas para informar que já está esgotado o período de discussão e de votação, já havia sido anunciada a votação. Portanto, cabe a V. Ex^a colocar apenas em votação, para verificação dos Deputados que são favoráveis ao Parecer ou não.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - De acordo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o encaminhando feito pelo Deputado Humberto Bosaipo, foi definido que seriam votadas as emendas e logo em seguida seria votado o projeto.

Então, os pareceres que estão sendo apreciados neste momento, Sr. Presidente, dizem respeito aos pareceres dos projetos, com as emendas...

Então, houve um equívoco da Mesa, porque foram rejeitadas as emendas e está sendo votado o projeto. É isso?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Exatamente!

Continua em votação os Pareceres favoráveis da Comissão Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 20:32 HORAS.)

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 149/99, de autoria das Lideranças Partidas, que dá nova redação ao Parágrafo único dos Artigos 43 e 45 da Lei nº 6.992, de 19.02.98. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em Votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Jair Mariano, Zé Carlos do Pátio, Eliene, Gilney Viana e da Deputada Serys Slhessarenko. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 155/99, Mensagem nº 24/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos comissionados, altera nomenclatura, institui subsídios e dá outras providências.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Para resumir, como membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, solicito vista ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Deferido o pedido de vista do nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Em discussão única, Parecer favorável da Mesa Diretora, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

Concede licença ao Sr. Deputado Carlão Nascimento para ausentar-se do País no decorrer do segundo semestre de 1999.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder licença ao Sr. Deputado Carlão Nascimento para ausentar-se do País no decorrer do segundo semestre de 1999.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

De acordo com as informações que nós prestamos ontem, solicitamos às Lideranças Partidárias, com base no parecer de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e na Liminar Judicial concedida, a formação da Comissão Especial que aprecia denúncia por crime de responsabilidade do Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, informando que indicaram membros o PFL, o Bloco Frente e Cidadania, o Bloco Autonomia, resta o PMDB...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - No entendimento da Revista Ampliada e Atualizada que o Deputado Emanuel Pinheiro muito bem enfocou, de autoria de Alexandre Moraes, e no entendimento da Lei nº 1.079, combinada com o nosso Regimento Interno, que é o instrumento legal de composição das Comissões, informo que o número de membros da Comissão é cinco.

Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Deputado Riva, só para deixar claro: eu coloquei todo o meu material jurídico na minha bancada, mas algum engraçadinho sumiu com todo o arsenal jurídico que eu tinha, porém eu sei de cabeça todos os artigos e todos os dispositivos legais e constitucionais dessa matéria.

Sr, Presidente, o Artigo 19 da Lei nº 1.079/50, que é a Lei que define os ritos de processo por crime de responsabilidade...

Eu quero ponderar com V. Exª - e gostaria da sua devida atenção -, a possibilidade de suspender a Sessão por cinco minutos, não mais do que isso, só para nós podermos ponderar, eu e o Deputado Gilney Viana, juntamente com V. Exª, que é o Presidente desta Casa, e é quem manda nas decisões nas quais o Regimento Interno é omissivo, que é quem determina. Nós queremos a suspensão da Sessão por cinco minutos, para ponderar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo que, por decisão do Colégio de Líderes, da maioria dos Srs. Deputados, a Presidência vai encerrar a presente Sessão e convocar a próxima para as 20:50 horas.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: Da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda